

## A PANDEMIA DA CRISE DO CAPITAL E A CLASSE TRABALHADORA

### THE CAPITAL CRISIS PANDEMIC AND THE WORKING CLASS

### LA PANDEMIA DE LA CRISIS DEL CAPITAL Y LA CLASE OBRERA

Frederico Daia Firmiano<sup>1</sup>

*frederico.firmiano@uemg.br*

#### Resumo

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o surto causado pelo novo coronavírus, encontrado pela primeira vez pela China, em dezembro do ano anterior. No dia 11 de março do mesmo ano, quando o espalhamento da doença (covid-19) já havia encetado uma crise multidimensional em vários países do mundo, a OMS a caracterizou como uma pandemia. Em que medida a crise da atual pandemia pode revelar contradições do modo contemporâneo de funcionamento do sistema global do capital? Quais os aspectos particulares da crise da pandemia e seus impactos sobre a classe trabalhadora em todo o mundo? Neste breve ensaio, procuro algumas pistas que podem auxiliar a responder a estas perguntas. A teoria da crise estrutural ou civilizatória do capital, conjugada à análise de conjuntura, opera como guia desta reflexão.

**Palavras-chave:** pandemia; covid-19; crise estrutural do capital; neoliberalismo; classe trabalhadora.

#### Abstract

On January 30th, 2020, the World Health Organization (WHO) declared as Public Health Emergency of International Importance, the outbreak caused by the new coronavirus, that was found for the first time in China, in previous December. On March 11th of the same year, when the spread of the disease (covid-19) had already started a multidimensional crisis in several countries around the world, WHO characterized it as a pandemic. To what extent can the current pandemic crisis reveal contradictions in the contemporary operation mode of the global capital system? What are the particular aspects of the pandemic crisis and its impacts on the working class worldwide? In this brief essay, I'm looking for some clues that might help answer these questions. The civilizing or structural crisis of capital theory, combined with the situation analysis, operates as a guide for this reflection.

**Key words:** pandemic; covid-19; structural crisis of capital; neoliberalism; working class.

#### Resumen

En el día 30 de enero de 2020, la Organización Mundial de la Salud (OMS) declaro como Emergencia de Salud Pública de Importancia Internacional, el brote causado por un nuevo

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela FCLar/UNESP; docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Passos), onde coordena o Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimento e Direitos Sociais (GEIND), do CNPq.

coronavirus, encontrado por la primera vez en China, en diciembre del año anterior. En 11 de marzo del mismo año, cuando la propagación de la enfermedad (COVID-19) ya había empezado una crisis multidimensional en varios países del mundo, la OMS la clasificó como una pandemia. Hasta qué punto puede la actual crisis pandémica revelar contradicciones en la forma contemporánea en que funciona el sistema del capital global? Cuáles son los aspectos particulares de la crisis pandémica y sus impactos en la clase obrera en todo el mundo? En este breve ensayo, busco algunas pistas que pueden ayudar a responder estas preguntas. La teoría de la crisis estructural o civilizatória del capital, combinada con la análise de la coyuntura, funciona como una guía para esta reflexión.

**Palabras clave:** pandemia; covid-19; crisis estructural del capital; neoliberalismo; clase obrera.

## INTRODUÇÃO

Em meados de abril de 2020, quando o espalhamento do vírus SARS-CoV-2, causador da doença covid-19 já havia acometido cerca de 2,5 milhões de pessoas e provocado a morte de cerca de 170 mil, o *World Economic Outlook*, do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgava suas previsões econômicas para aquele e para o próximo ano: de acordo com o documento, o PIB global deve sofrer uma variação negativa de 3% (contra a previsão de alta anterior de 3,3%), de acordo com os diferentes impactos na economia de cada país. Os EUA deverão responder por 31% da retração do PIB global em 2020, mais que o dobro de sua participação na produção da riqueza global – ainda que Itália (-9,1%) e Espanha (-8%) tenham os maiores impactos internos em termos de percentual negativo do PIB nacional (IMF, 2020). Nos EUA, somente no período entre 14 de março e 30 de abril, 30,3 milhões de trabalhadores reclamaram seguro-desemprego, ou seja, 18,6% do total da população economicamente ativa do país, que sofreu demissões, licenças ou redução de horas da jornada de trabalho com redução salarial.<sup>2</sup> A economia europeia, por seu turno, apenas no primeiro trimestre, encolheu 3,5%, levando a Presidenta do Banco Central, Christine Lagarde, a afirmar que “a zona do euro está enfrentando uma contração econômica de magnitude e velocidade sem precedentes em tempos de paz”.<sup>3</sup>

O presidente norte-americano, Donald Trump, que havia ganho as eleições reivindicando para si o título de maior dos liberais entre os presidentes daquele país, passou

---

<sup>2</sup> “The euro area is facing an economic contraction of a magnitude and speed that are unprecedented in peacetime”. “30 million Americans have filed initial unemployment claims since mid-March”. Portal CNN Business. 30/04/2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/04/30/economy/unemployment-benefits-coronavirus/index.html>. Acesso em 01 Mai 2020.

<sup>3</sup> “Coronavirus hits European economies but governments help shield workers”. Portal The Washington Post. 30/04/2020. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/europe/joblessness-is-rising-far-more-slowly-in-europe-than-in-the-us-during-the-pandemic-new-figures-show/2020/04/30/7a5a050a-8a5a-11ea-80df-d24b35a568ae\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/europe/joblessness-is-rising-far-more-slowly-in-europe-than-in-the-us-during-the-pandemic-new-figures-show/2020/04/30/7a5a050a-8a5a-11ea-80df-d24b35a568ae_story.html). Acesso em 01 Mai 2020.

a se qualificar como “um presidente em tempos de guerra” (*a wartime president*), acionando o Estado para realizar a operação de salvamento da economia<sup>4</sup>: o Congresso daquele país aprovou o *Paycheck Protection Program*, destinando US\$ 659 bilhões para pequenas empresas, entre medidas para evitar demissões, incentivos à desaceleração da produção, entre outros. Países europeus, por seu turno, adotaram inúmeros programas de subsídios de salário, variando entre 60% e 80%: na Dinamarca, o Estado tem buscado garantir que a taxa de desemprego se mantenha abaixo dos 5% da população economicamente ativa; na Alemanha, até o final de abril, mais de 10 milhões de trabalhadores estavam inscritos no programa de subsídios da agência federal de emprego; na França, cerca de metade dos trabalhadores também estava nesta condição e, no Reino Unido, ao menos dois terços dos empregadores reivindicaram auxílio estatal, também até o final de abril de 2020.<sup>5</sup>

Ainda em abril de 2020, a OIT projetou três possíveis cenários para o nível de emprego, considerando os impactos possíveis da crise da pandemia sobre o crescimento global do PIB. No cenário “baixo”, os números mostram um incremento de 5,3 milhões de pessoas desempregadas em todo o mundo; num cenário “médio”, este número sobe para 13 milhões de pessoas; e no cenário “alto”, este cenário vai para 24,7 milhões de pessoas. Para fins de comparação, a crise financeira global entre 2008 e 2009 produziu um aumento do desemprego, com a extinção de 22 milhões de postos de trabalho.<sup>6</sup>

É importante notar que o “trabalho por conta própria”, de acordo com a instituição, em geral, não reage às crises econômicas, funcionando como “opção padrão” para aqueles que perdem o emprego, na maioria das vezes, no âmbito da economia informal. Assim, se a informalidade tende a aumentar durante as crises, agora há uma particularidade: a restrição imposta pelas políticas de distanciamento/isolamento social e, em alguns casos, *lockdown*, tendem a restringir esta forma de trabalhadores e trabalhadoras em buscar algum rendimento. Os setores industrial e de serviços são os mais afetados, ao lado das atividades de turismo, viagens e varejo, do setor terciário – cujo Conselho Mundial

---

<sup>4</sup> “Trump talks himself us as ‘wartime president’ to lead America through a crisis”. Portal The Guardian. 22/03/2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/mar/22/trump-coronavirus-election-november-2020>. Acesso em 01 Mai 2020.

<sup>5</sup> “Coronavirus hits European economies but governments help shield workers”. Portal The Washington Post. 30/04/2020. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/europe/joblessness-is-rising-far-more-slowly-in-europe-than-in-the-us-during-the-pandemic-new-figures-show/2020/04/30/7a5a050a-8a5a-11ea-80df-d24b35a568ae\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/europe/joblessness-is-rising-far-more-slowly-in-europe-than-in-the-us-during-the-pandemic-new-figures-show/2020/04/30/7a5a050a-8a5a-11ea-80df-d24b35a568ae_story.html). Acesso em 01 Mai 2020.

<sup>6</sup> “Como a COVID-19 afetará o mundo do trabalho?” Portal OIT Brasil. 21/04/2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_740753/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang--pt/index.htm). Acesso em 14 Mai 2020.

de Comércio e Turismo estima uma queda de 25% dos deslocamentos internacionais, em 2020, colocando milhões de empregos em risco.<sup>7</sup>

No contexto da “maior crise global desde a Segunda Guerra Mundial”, conforme chamou a OIT (ILO, 2020a, p. 2) um jornal de notícias diárias escreve que “a colossal crise desatada pelo coronavírus mudou agendas, planos e doutrinas nos Governos de meio mundo”.<sup>8</sup> De fato, desde sua precipitação na China, a expansão da doença tem provocado severos impactos sobre a economia global, com graves consequências sociais, ainda que de formas distintas em cada país, a depender de sua posição na estrutura global do capital, especialmente para a classe trabalhadora. No entanto, seria a “pior crise desde a Segunda Guerra Mundial” ou a “colossal crise atual” realmente desatada pelo espalhamento do novo coronavírus? Em que medida o exame da crise da pandemia da covid-19 pode revelar algumas das graves contradições do modo contemporâneo de funcionamento do sistema global do capital? Quais as dimensões particulares da crise da pandemia e seus impactos sobre os processos da classe trabalhadora? Neste breve ensaio, busco pistas que possam auxiliar-nos a responder estas perguntas. Para tanto, parto da tentativa de identificação das principais características do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, configurando o terreno sobre o qual a crise da pandemia atua. Em seguida, viso identificar algumas das particularidades desta crise e o modo como elas interagem com as dimensões contraditórias e estruturais do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Neste percurso, procuro identificar impactos sociais sobre a classe trabalhadora.

## **CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

Entre meados dos anos 1940 e o início dos anos de 1970, o sistema global do capital experimentou o ápice de sua “fase progressista de ascendência histórica” (MÉSZÁROS, 2009). Assistimos a uma importante expansão capitalista baseada no pleno emprego, na estruturação do *Welfare State*, no “Estado interventor”, nas políticas anticíclicas, tudo isso puxado pelos EUA, baseado naquilo que Mézszáros (2009) chamou de “totalidade intensiva do capital”. Por sobre os escombros do segundo pós-guerra, o sistema do capital encontrou enormes expectativas e possibilidades de acumulação/valorização, ou uma

---

<sup>7</sup> “Como a COVID-19 afetará o mundo do trabalho?” Portal OIT Brasil. 21/04/2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_740753/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang-pt/index.htm). Acesso em 14 Mai 2020.

<sup>8</sup> “Pandemia força ‘guinada keynesiada’ de Trump”. Portal El País. 23/03/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-03-23/trump-tambem-era-keynesiano.html>. Acesso em 25 Mar 2020.

grande margem de viabilidade produtiva. No entanto, quando o processo de reconstrução dos países fortemente afetados pelo conflito bélico desacelerou, a expansão capitalista passou a sofrer graves impactos.

Para autores como David Harvey (2013) ou François Chesnais (2011; 1996), o início dos anos 1970 foi marcado por uma crise de sobreacumulação de capital, quando passa a encontrar obstáculos para a criação de valor. Na chave explicativa de Mészáros (2009), se por um lado o capital norte-americano necessitava estimular o crescimento econômico como forma de manter sua posição hegemônica no sistema do capital e, com isso, influenciar positivamente o capital social total, por outro lado, havia a necessidade imediata de frear o crescimento e impedir a derrocada da moeda, a compressão das taxas de lucro, o crescimento da inflação e a fragilização do dólar (PAULANI, 2008). Perante a impossibilidade de frear o crescimento, frente a sua natureza necessariamente expansionista, as novas condições de acumulação passaram a afetar um conjunto mais amplo de dimensões e mecanismos de autodefesa do capital, gerando contradições importantes no plano do capital social total (MÉSZÁROS, 2009).

Não tardou para que, diante da crise, os norte-americanos rompessem o sistema de *Bretton Woods*, que vinculava o dólar ao ouro e, dois anos depois, liberassem o dólar de seus grilhões, ao passo da precipitação da crise das Organizações dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A crise do petróleo de 1973 abalou fortemente os EUA, motivando o Fundo Monetário Internacional (FMI), em encontro realizado em Kingston, na Jamaica, em 1976, a legalizar as taxas de câmbio flutuantes, tornando a determinação da paridade de uma moeda com relação à outra, responsabilidade de cada país.

Segundo Chesnais (2003), o mundo do capital experimentou uma crise do modo de regulação fordista-keynesianista, que levou à mundialização financeira. Os obstáculos postos à valorização do capital na esfera da produção, ou a emergência de uma crise de sobrevalorização – o excesso de capital diante de poucas possibilidades de valorização – gestaram e ampliaram formas de valorização na esfera financeira. A concorrência intercapitalista e a incorporação cada vez mais crescente e preponderante da ciência e tecnologia ao processo produtivo tornaram a produção mais onerosa. Sob tais condições, a contradição entre capital e trabalho se acirrou. O Estado, ao mesmo tempo, teve sua capacidade de arrecadação e investimentos crescentemente comprometida. Com isso, surgiu a necessidade de remoção das barreiras protecionistas que representam empecilhos ao processo de valorização do capital. Nos termos do autor francês, a forma de regulação adequada ao novo regime de acumulação passou a ser dada pelo capital financeiro,

constituindo uma “dominância financeira”. O “circuito longo” de produção de capital, representado pela aplicação do dinheiro no processo produtivo que, ao final, produz mais dinheiro passou a ser dominado por uma forma “encurtada” de remuneração do capital, na qual o dinheiro se expande sem a mediação da produção, diretamente na esfera da circulação. Seria um “percurso abreviado”, que cria a ilusão de que o capital pode realizar-se na esfera da circulação sem passar pela produção (CHESNAIS, 2003, p. 46-47).<sup>9</sup> Nesta chave interpretativa, não se tratava da influência da lei da queda da taxa de lucro, mas da diminuição das expectativas de valorização do capital por meio da criação de valor novo (PAULANI, 2008).

A emergência do chamado receituário neoliberal da Sociedade de *Mont Pèlerin* viria, assim, responder a esta necessidade do capital. Não é à toa que, se de início - leia-se a década de 1970 - o receituário neoliberal fora adotado apenas pela “direta radical” na Europa e nos EUA, até a década de 1990 seria executado por toda a social-democracia, não sem antes bater às portas da América Latina, como resultado do chamado Consenso de Washington (México, 1988; Argentina, Brasil e Venezuela, 1989; Peru, 1990 – para não falarmos da experiência chilena, ainda sob a ditadura, que funcionou como uma espécie de laboratório do neoliberalismo na década de 1970; e da Bolívia, cujo choque na economia em meados dos anos 1980 serviu como teste para o que seria aplicado na Polônia e na Rússia pouco tempo depois) (ANDERSON, 2008).

Este processo foi acompanhado por uma ampla e multidimensional reestruturação produtiva do capital, implicando em transformações que vão desde a flexibilização da produção à realocação geográfica das empresas, da desindustrialização de importantes regiões do planeta e a descontinuidade de etapas produtivas e segmentação da produção, até a constituição de uma nova divisão internacional do trabalho. A imposição da especialização produtiva flexível produziu, a partir dos anos de 1980, uma complexa mundialização da cadeia do valor nos mais variados setores da economia, estabelecendo relações em redes verticais entre distintos capitais intra ou intersetoriais e dando origem a verdadeiras cadeias globais de produção, distribuição e comercialização (HARVEY, 2006). Assim, nas últimas décadas, lado a lado à liberalização e emergência de uma esfera propriamente financeira de valorização do capital, emergiram novos centros produtivos,

---

<sup>9</sup> Em outro trabalho, o autor explica que: “estamos chegando ao fim de uma fase de acumulação de capital de duração excepcional, que passou por curtos períodos de retrocessos, mas não teve interrupções de fato. Daí a acumulação do ‘dinheiro circulando como capital’, ou aspirante a capital, ser absolutamente gigantesca. Esse efeito de alcance, multiplicado pela liberdade de movimentação planetária trazida pela liberação e pela desregulamentação, faz o dinheiro que se tornou capital erguer-se diante da sociedade como uma espécie de potência dotada de objetivos e movimentos próprios” (CHESNAIS, 2011, p. 190).

não raro, dominados por corporações transnacionais, intensificando a concorrência intercapitalista global. Neste, os países da periferia foram deixados à mercê do capital ciano e a desigual difusão do progresso técnico e tecnológico reiterou a dependência econômico-financeira, acentuando as assimetrias na divisão internacional do trabalho, as características incivilizadas do capital e a superexploração do trabalho (e do objeto de sua intervenção) (SAMPAIO Jr., 2011).

Cerca de quarenta anos depois, as condições de reprodução do capital em escala planetária somente se agravaram: o fim da União Soviética e a completa integração da China à economia mundial; a adoção generalizada das recomendações do Consenso de Washington pela América Latina após o esgotamento da industrialização; a emergência da nova divisão internacional do trabalho e a reiteração da dependência econômico-financeira dos países da periferia, sobretudo, a partir da chamada 4ª revolução industrial (ou molecular-digital, da indústria 4.0); o papel cumprido pelo continente africano como fronteira de expansão de capital; o agigantamento do capital transnacional perante o Estado e a cabine de comando assumida pelo capital financeiro; a crise financeira desenvolvida na esfera financeira em meados de 2007 que ainda persiste; tudo isso, entre outros aspectos, produziu uma condição de permanente instabilidade do sistema global do capital que, somado ao desmonte do *Welfare State* em praticamente todo o globo terrestre, com raras exceções, forma um terreno bastante favorável à disseminação pandêmica de uma doença com alta capacidade de contágio e significativa taxa de letalidade.

## **A CRISE DA PANDEMIA NA PANDEMIA DA CRISE**

Não parece nada correto afirmar que a crise que ora enfrentamos tenha origens (e portanto seu desfecho está a ele atrelado) no espalhamento do novo coronavírus. Apesar de produzir um efeito devastador sobre a economia, a vida social e, particularmente, sobre o conjunto da classe trabalhadora, seu impacto se torna um dos aspectos de uma crise mais ampla, de caráter estrutural (MÉSZÁROS, 2009) ou civilizatório (CHESNAIS, 2011), desatada ainda na década de 1970.

Devemos destacar ao menos três importantes aspectos da crise provocada pela atual pandemia de covid-19 que, simultaneamente, são agravados pelas condições contemporâneas de funcionamento do sistema do capital, com elas interagindo, piorando-as. O primeiro, é a incapacidade do sistema de proteção social, particularmente da saúde,

em enfrentar as consequências da crise, por decorrência de décadas de desmonte do Estado de Bem-Estar Social; o segundo, é a disputa concorrencial interestatal global pelos recursos necessários para o tratamento da doença; e o terceiro é o adensamento das condições de crise econômica e social na periferia do sistema do capital, com graves consequências para a classe trabalhadora.

Sobre o primeiro aspecto, Miguel Tinker Salas e Victor Silverman, num brevíssimo artigo de opinião preparado para o periódico mexicano *La Jornada*, afirmavam que a globalização neoliberal criou circuitos e condições sociais, econômicas de propagação da pandemia. Em suas palavras: “estes 40 anos de neoliberalismo e valores individualistas e sociais do capitalismo nos deixaram mal preparados para enfrentar este vírus que agora se aproveita do próprio sistema econômico para se propagar” (SALAS e SILVERMAN, 2020, não paginado. Tradução do autor). Praticamente todos os países do mundo, e em que pese seu desenvolvimento desigual, encontram-se, agora, limitados em sua capacidade de resposta rápida à contenção da crise, graças às transformações profundas experimentadas na base das relações capitalistas de produção e nas formas historicamente constituídas de proteção social, particularmente, do Estado de Bem-Estar Social.

Há uma década, Martine Bulard denunciava junto ao jornal *Le Monde Diplomatique* que os trinta países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) que dispunham da maior taxa de longevidade concentravam 90% das despesas mundiais com saúde, para atender a 20% da população mundial. A África subsaariana, que concentrava 12% da população mundial, empregava 1% dos gastos em saúde. Enquanto França e Japão, à época, gastavam, respectivamente, 11% e 8% de seu Produto Interno Bruto (PIB) com saúde, Serra Leoa e Congo, também respectivamente, gastavam 3,5% e 2,1% na mesma área (BULARD, 2010). Em seu artigo de opinião, o jornalista cita um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2008, segundo o qual “as políticas de ajuste estrutural abalaram gravemente o sistema de saúde pública; as discrepâncias entre a oferta privada e pública de tratamentos médicos ampliaram-se”. Ademais, prossegue o documento, “a mercantilização desenfreada dos sistemas de saúde os torna muito ineficientes e muito caros; ela acentua as desigualdades e conduz a tratamentos de qualidade medíocre, e não raro até mesmo perigosos” (OMS citado por BULARD, 2010, não paginado). Isto explica em alguma medida porque, em 2007, os EUA gastavam 15,3% de seu PIB em saúde, mas ocupavam apenas a trigésima posição no quesito “expectativa de vida com boa saúde” (à época, 69 anos) (BULARD, 2010).

Os dados da Associação Hospitalar Americana citados por Mike Davis (2020) mostram que, entre 1981 e 1999, o número de leitos hospitalares diminuiu 39% nos EUA. Nos últimos 12 anos, os departamentos locais e estaduais de saúde sofreram uma redução de 25% do pessoal; e na última década, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças do país perdeu 10% de seu orçamento em termos reais, entre outras medidas que só fragilizaram a capacidade pública e enfrentamento de epidemias e pandemias, como a atual (DAVIS, 2020). A França, por exemplo, em 2009, dispunha de uma “reserva estratégica” para enfrentar uma eventual pandemia, que contava com um bilhão de máscaras cirúrgicas e 700 milhões de máscaras do tipo FFP-2 (conhecidas como N95, nos EUA). Em março de 2020, quando o espalhamento da covid-19 já alcançava praticamente todo o planeta, as reservas francesas eram de 150 milhões de máscaras cirúrgicas e nenhuma de FFP-2, decorrentes de uma política de anos de corte de gastos públicos.<sup>10</sup>

De acordo com o relatório *Social protection responses to the COVID-19 pandemic in developing countries*, também de maio de 2020 (ILO, 2020b), metade da população mundial não tem acesso a serviços públicos de saúde e cerca de 40% não possui sequer nenhum tipo de seguro que permita o acesso a serviços privados de saúde. Ainda, estima-se que cerca de 800 milhões de pessoas gastem ao menos 10% de seu orçamento familiar em assistência médica. E um dado bastante alarmante é que, anualmente, 100 milhões de pessoas ingressam na extrema pobreza, em razão das despesas médicas, de acordo com o Banco Mundial e a Organização Mundial de Saúde, citados pelo relatório da OIT (ILO, 2020b, p. 3). Mais grave é o fato de que 55% da população mundial (cerca de 4 bilhões de pessoas) está completamente desprotegida de qualquer proteção por regime de seguro social, programa assistencial universal ou social (ILO, 2020b, p. 4). Ademais, o setor de saúde, nos chamados “países de baixa e média renda”, enfrenta um déficit de 17,4 milhões de trabalhadores no setor de saúde (ILO, 2020b, p. 3).

Conforme o relatório da OIT (2020b), a crise expõe tanto aqueles trabalhadores que não possuem qualquer cobertura pelo seguro ou assistência social, particularmente, trabalhadores informais, como economias formais, porém insuficientemente cobertas, a exemplo de Bangladesh, cuja quebra da cadeia produtiva e da demanda levou milhões de trabalhadores a perderem seus empregos, sem receberem quaisquer benefícios ou seguro (ILO, 2020b, p. 5).

---

<sup>10</sup> “Covid-19 expõe dependência de itens de saúde fabricados na China”. Portal BBC News Brasil. 10/05/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52465757>. Acesso em 10 Mai 2020.

Em segundo lugar, o espalhamento da covid-19 por todo o mundo produziu, pois, um “efeito de mercado” que corresponde ao aumento exponencial da demanda por determinados suprimentos hospitalares, encetando uma disputa global entre os Estados capitalistas mais poderosos do mundo, que revela importantes consequências da reestruturação produtiva em escala planetária e da nova divisão internacional do trabalho, com a emergência de megacorporações transnacionais que centralizam e concentram importantes setores da economia mundial (CHESNAIS, 1996). Eric Toussaint (2001), na virada do século, a partir de dados de Chesnais e Petrella, mostrou certa configuração da concentração do capital em âmbito mundial. Para termos ideia, em 1989, o setor de “material médico” tinha 90% da produção mundial concentrada em 5 empresas – algo similar ocorria em inúmeros outros setores, como processamento de dados (que, em 1987, era controlado por apenas 10 empresas); telecomunicações (que, em 1997, tinha 70% do mercado controlado por 4 empresas) e aeronáutica civil (que 2 empresas tinham o controle de 95% da produção civil, em 1998), para mencionar apenas alguns.

Em 2006, entre as dez principais empresas da indústria mundial de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos, oito eram norte-americanas, uma alemã e uma holandesa, com destaque para companhias como Johnson & Johnson Inc.; GE Healthcare (General Electric Co.); Medtronic Inc., entre outras (CUNHA, 2009, p. 4). Hoje, a China concentra mais da metade da produção mundial de máscaras e cerca de um quinto de respiradores mecânicos de todo o planeta. De acordo com Mello-Théry e Théry (2020), nos últimos vinte anos, as indústrias farmacêuticas europeias, que supriam em cerca de 80% seus mercados internos, foram deslocadas para a Ásia, concentrando-se na China e na Índia: a primeira produz e fornece os princípios ativos para todo o mundo, enquanto a segunda, o produto farmacêutico, ou seja, “... o laboratório do mundo é chinês” (MELLO-THÉRY e THÉRY, 2020, p. 3). Dados de julho de 2018 mostraram, segundo os autores, que oito entre dez princípios ativos utilizados na França são importados da Índia e China. E prosseguem: “Os países europeus importam também outros materiais essenciais para o segmento da saúde. (...) a França tornou-se dependente de importações de produtos farmacêuticos em razão da decisão governamental de desenvolver os medicamentos genéricos visando, sobretudo, controlar os gastos públicos em saúde decorrentes também dos pagamentos para a *Securité Sociale* (Previdência Pública). Por isso, à medida que o contágio pelo vírus avança, produtos de primeira necessidade – máscaras, respiradouros, leitos em hospitais entre outros – começaram a faltar” (MELLO-THÉRY e THÉRY, 2020, p. 4). Isto conduz ao problema da divisão internacional do trabalho e da dependência

(enfrentada com recursos muito diferentes pelos países, segundo sua posição na estrutura global do capital).

Mesmo com a expansão de sua capacidade produtiva, em razão da pandemia, passando de 20 milhões para 120 milhões de máscaras por dia, a China não tem sido suficiente no suprimento da demanda global, encetando uma disputa mundial por suprimentos médico-hospitalares<sup>11</sup>, ou o que franceses chamam de *guerre des masques*. O governo norte-americano, por exemplo, invocou a Lei de Proteção de Defesa, de 1950, que amplia os poderes estatais no direcionamento da produção industrial: uma compra de máscaras feita pelo governo alemão à empresa transnacional sediada nos EUA, 3M Company, teria sido interceptada pelo governo americano, tendo seus atos qualificados como “pirataria moderna” pelos alemães. Outras denúncias de autoridades de saúde de diversos países dão conta que os norte-americanos estão consumindo toda a demanda de suprimentos disponíveis, chegando até mesmo a enviar grandes aviões de carga à China para transportar equipamentos hospitalares ao país.<sup>12</sup> O que se pode ver, nessas e em outras situações, é a intensificação da disputa interestatal em torno dos recursos necessários à garantia das condições de reprodução social.

Vale lembrar que, na qualidade de estrutura do comando do capital e de suas determinações reprodutivas internas alienadas, o Estado visa à garantia da continuidade da reprodução social, devendo impor as condições necessárias para tanto, no plano das relações internas e no plano das relações interestatais. Com isso, a Lei instituída na base material de seus constituintes fundamentais e antagônicos prevalece em qualquer circunstância como “imposição legitimada pelo Estado”. É nesse sentido que Mészáros (2015, p. 49) afirma que “...o direito é a base do poder porque o poder é que estabelece o direito”. A “lei do mais forte” é, assim, a modalidade prática de tomada de decisão política global no sistema sociometabólico do capital, uma vez que o Estado deve assegurar as condições de reprodução da ordem social vigente, de modo que a “Lei” não só pode como deve ser mantida ou modificada, segundo a correlação de forças determinada pelos antagonismos sociais fundamentais. Se a garantia da ordem ou imposição da legitimidade do Estado for consonante às regras constitucionais em curso ou se exigirem sua violação, depende das circunstâncias históricas. Assim, qualquer postulado da constitucionalidade

---

<sup>11</sup> “Covid-19 expõe dependência de itens de saúde fabricados na China”. Portal BBC News Brasil. 10/05/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52465757>. Acesso em 10 Mai 2020.

<sup>12</sup> “Pandemia de coronarívus desencadeia disputa global por máscaras de proteção”. Portal CNN Internacional. 05 Abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-desencadeia-disputa-global-por-mascaras-de-protecao>. Acesso em 06 Mai 2020.

ideal como norma ou de sua suspensão é arbitrário, na teoria e na prática – até porque, lembra o autor, “ambas vão e vêm com grande regularidade” (Mészáros, 2015, p. 56-57).

As potências industriais do sistema do capital buscam, agora, converter suas estruturas produtivas para atender às novas demandas globais, encontrando uma rota de saída para a redução das condições de acumulação de capital em alguns setores, ao passo que visam garantir às demandas produzidas pela pandemia. General Motors, Tesla e Ford passaram a produzir respiradores e ventiladores mecânicos para suprir a demanda e, em alguns casos, em associação com gigantes do setor de suprimentos hospitalares, como no caso da Ford e da GE Healthcare e 3M Company; ou da Tesla e da Medtronic. No Reino Unido, por exemplo, a Airbus em consórcio com a Ventilator Challenge UK também se associaram para a produção de ventiladores mecânicos; assim como a Rolls-Royce, Siemens, GKN e Meggitt, a equipe da McLaren de Fórmula 1, a BAE Systems e a Ford que oferecem suas instalações para a construção de equipamentos. Igualmente, indústrias petroquímicas, como a gigante Ineos, na Inglaterra e na Alemanha, passaram a produzir luvas de borracha, seringas, tubos médicos, ventiladores, gotas salinas de PVC; a Pernod Ricard S.A, que produz as marcas de vodka Absolut e o uísque Jameson, Anheuser-Busch InBev NV, fabricante da marca de cerveja Budweiser, e a Bacardi, fabricante de rum, passaram a produzir desinfetantes para as mãos. Marcas de roupas de luxo também aproveitam para “prestar seus serviços à crise do coronavírus”, especialmente na produção de máscaras de proteção, como Gucci, Prada, Zara, H&M e Louis Vuitton.<sup>13</sup> Trata-se, pois, de uma tentativa de ampliação do espaço de realização do valor que não toca na problemática da estrutura global do capital e na correspondente divisão internacional do trabalho, tendendo, por um lado, a acirrar a concorrência global entre os capitais transnacionais e os estados que os protegem e, por outro lado, a aprofundar os nexos da dependência da periferia ao centro, diante de sua incapacidade tanto de disputar o acesso aos recursos necessários para o enfretamento da pandemia, quanto de dirigir/reorganizar sua estrutura produtiva de forma autônoma para esta finalidade.

O terceiro aspecto a ser destacado é que, no caso da periferia do sistema do capital, sua integração subordinada à nova estrutura global do capital – promovida pela reestruturação produtiva e pela implementação das políticas neoliberais, oriundas do Consenso de Washington –, só faz com que os nexos da dependência sejam aprofundados, ratificando sua condição de plataforma de valorização financeira e celeiro da produção de

---

<sup>13</sup> “The companies repurposing manufacturing to make key medical kit during Covid-19 pandemic”. Portal NS Medical Devices. 01/04/2020. Disponível em: <https://www.nsmmedicaldevices.com/analysis/companies-ventilators-shortage-coronavirus/>. Acesso em 10 Mai 2020.

*commodities* e bens primários, agora, ainda mais expostas aos humores do mercado mundial. Nesse sentido, a atual crise apenas vem expor o desmantelamento de seu precário Estado de Bem-Estar Social, onde foi possível construir (à exemplo do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México), o estatuto rebaixado de sua força de trabalho, marcada pela superexploração e precarização, não raro sob sua forma mais radical (o trabalho análogo à escravidão); a informalidade e o aviltamento das condições de vida e existência – somados ao déficit habitacional, a ausência de saneamento básico e água potável; aos altos níveis de desigualdade social, pobreza e miséria; a expansão da violência no campo e na cidade, entre tantas outras dimensões da questão social. Como afirmou Sampaio Jr. (2011, p. 201), “para os povos que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial, os novos tempos tornaram-se particularmente sombrios”.

## **A CRISE PARA A CLASSE TRABALHADORA**

Conforme anotou Marina Machado Gouvêa, a reconfiguração permanente do capital tem se dado via flexibilização cada vez maior da produção; ampliação do espectro da expropriação primária e secundária, da espoliação dos recursos naturais; do aprofundamento da divisão racial, sexual e internacional do trabalho; do aumento da taxa de extração de mais-valia absoluta e relativa; do reforço do protagonismo do capital financeiro na cabine de comando do capitalismo mundial, entre outros aspectos (GOUVÊA, 2020). Para esta economista, a especificidade trazida pela crise da pandemia reside (a) na forma específica de promover a destruição das forças produtivas, uma vez que as capacidades produtivas mantêm-se intactas, frente a paralisação da produção; (b) no incremento do trabalho precário, ou na transição das relações laborais formais para informais, marcado pela “uberização”; (c) na expansão do desemprego, na expropriação da classe trabalhadora e no conseqüente aumento das formas de controle social, além (d) da centralização do capital em escala planetária; (e) no recrudescimento do controle norte-americano sobre a América Latina e Caribe; (f) do fortalecimento da China na estrutura global do capital; (g) e da possibilidade de precipitação de uma guerra, em razão do tensionamento da relação entre EUA e Rússia – beneficiando a China.

Conforme relatório recente da Organização Internacional do Trabalho, atualmente são cerca de 1,6 bilhão de trabalhadores em todo o planeta instados na economia informal

e impactados pelas medidas de distanciamento, isolamento ou bloqueio. Apenas no primeiro mês de crise, a estimativa da instituição é de uma redução de cerca de 60% nos ganhos destes trabalhadores, sendo a África e América Latina as regiões mais fortemente atingidas. O relatório ainda afirma que deve crescer a taxa de pobreza relativa (que é a proporção de trabalhadores com renda mensal inferior a 50% da renda média da população), entre os trabalhadores informais, podendo variar entre 21% (nos países de renda média-alta) a 56% (nos países de renda média-baixa) (ILO, 2020a).

Outra importante estimativa da OIT diz respeito à renda do trabalho que, em razão da paralisação das atividades, deve sofrer uma perda que vai variar entre US\$ 860 milhões e US\$ 3,44 bilhões, a depender dos níveis de renda dos países. Com isto, a tendência é haver queda do consumo de bens e serviços, produzindo uma espiral de diminuição de atividade econômica e ampliação do desemprego. Com estas previsões, poderá haver um incremento de 8,8 milhões de trabalhadores nos quadros daqueles em situação de pobreza em todo o mundo que, em 2020, poderá variar entre 20,1 milhões e 35 milhões.

Diante das experiências anteriores de pandemias, a OIT situa entre os mais vulneráveis, (a) pessoas com problemas de saúde ou idosas, com risco aumentado de problemas graves de saúde; (b) jovens e trabalhadores mais velhos; (c) mulheres, em razão de ocuparem a maior parte dos postos de trabalho mais afetados pela pandemia da crise – 58,6% das mulheres empregadas no mundo atuam no setor terciário -, e têm menos acesso à proteção social; (d) trabalhadores e trabalhadoras sem proteção social, autônomos, informais; (e) trabalhadores migrantes.

Além disso, de acordo com o relatório *Sickness benefits during sick leave and quarantine*, publicado em maio de 2020, pela Organização Internacional do Trabalho, as importantes lacunas na proteção social em caso de doença entre os chamados “países em desenvolvimento” é uma ameaça à saúde pública, uma vez que inúmeros trabalhadores, sem quaisquer segurança de renda, são obrigados a trabalhar, podendo adoecer e contaminar outros trabalhadores. Assim, de acordo com o documento, as medidas de curto prazo para prolongar os auxílios-doença, bem como adequar os benefícios a atual conjuntura, exercem papel determinante na redução da propagação da doença. Ademais, a eficácia destas medidas está conectada a sua capacidade de universalização, atingindo, especialmente, os trabalhadores por conta própria, trabalhadores em “novas e não padronizadas formas de emprego” (ILO, 2020c).

No caso do Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do mês de março de 2020, indicou que a taxa de informalidade no

mercado de trabalho era de 40,6%, totalizando cerca de 38 milhões de trabalhadores – ao lado dos quais estavam outros 11,6% do total da População Economicamente Ativa (PEA) (que totaliza 106,1 milhões de pessoas) em situação de desemprego, ou, 12,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A pesquisa do IBGE considera “informal” (a) trabalhadores sem carteira assinada (11,6 milhões); (b) trabalhadores domésticos sem carteira assinada (4,5 milhões); (c) empregadores sem CNPJ (810 mil); (d) trabalhadores por conta própria sem CNPJ (24,5 milhões) e trabalhadores familiares auxiliares (1,9 milhão). Importante notar que a maior parcela dos trabalhadores informais está na categoria “por conta própria sem CNPJ”, 24,5 milhões de homens e mulheres. São eles que integram a generalização do fenômeno por muitos chamado de “uberização”<sup>14</sup>. São trabalhadores “livres como pássaros”, inclusive da proteção social ou dos direitos do trabalho assegurados pelo Estado – em que pese o auxílio emergencial aprovado pelo governo brasileiro.<sup>15</sup>

## À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a crise da pandemia parece apenas revelar o caráter pernicioso das condições de funcionamento da sociedade do capital em escala planetária, que na periferia assume uma tonalidade ainda mais dramática, recaindo com força sobre o conjunto da classe trabalhadora. Não se trata, deste modo, apenas de uma crise aguda que ora assola o conjunto do planeta e contra a qual o sistema do capital não possui defesas, mas uma forte dimensão da pandemia da crise estrutural ou civilizatória do capital, contra a qual, quaisquer “virada keynesiana” ou operação de salvamento do capital poderá ter eficácia.

Muitos intelectuais, de diversas matizes teóricas, críticos do neoliberalismo, insistem em sua incapacidade de gestão do capitalismo, reivindicando formas de combate e controle à liberalização do capital. O desafio, assim, seria encontrar uma rota para o desenvolvimento, escapando das armadilhas do *there is no alternative* que, em tempos de crise, tende a ser posto em dúvida, quando ao Estado são exigidas medidas de salvamento da economia, como a que estamos presenciando perante a crise da pandemia de covid-19.

---

<sup>14</sup> “PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 12,2% e taxa de subutilização é de 24,4% no trimestre encerrado em março de 2020”. Portal Agência IBGE de Notícias. 30/04/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27534-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-4-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2020>. Acesso em 23 Mai 2020.

<sup>15</sup> O auxílio emergencial foi aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto no. 10.316, de 7 de abril, que regulamenta a Lei no. 13.983, de 2 de abril de 2020) como um benefício concedido pelo governo federal a trabalhadoras e trabalhadores informais, desempregados, autônomos e microempreendedores individuais (MEI) durante a pandemia de covid-19. Ver <http://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>

Evidentemente, não estão incluídas aí certas posições, no mínimo cínicas, que se indagam o que poderia vir depois do neoliberalismo, a fim de reiterar o próprio receituário neoliberal. Este é o caso do economista turco Dani Rodrik, para quem o neoliberalismo carece ser superado, desde que mantidos certos princípios, como a garantia dos direitos de propriedade; a importância dos investimentos privados; a “sustentabilidade” da dívida, a “prudência” e garantia da solidez da moeda, o controle inflacionário. Isto, como “...princípios universais da boa gestão econômica...” (RODRIK, 2002, p. 279). Afinal, “a principal crítica ao neoliberalismo não é que ele tenha gerado crescimento à custa de uma pobreza maior, do aumento da desigualdade e da degradação ambiental...”. A questão fundamental seria “... gerar o desenvolvimento econômico que o mundo necessita, a fim de estar mais preparado para lidar com esses outros desafios” (RODRIK, 2002, p. 280). “Depois do neoliberalismo, o quê?” Mais neoliberalismo!

Após décadas de fracasso em todo o planeta, até mesmo o Fundo Monetário Internacional foi obrigado a reconhecer sua “desvalorização”, por assim dizer, podendo retomar um caminho de “alta”, desde que melhor calibrado. Ao menos é isto que a expressão “oversold” parece indicar. “Neoliberalism: oversold?” foi o título dado por Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani e David Furceri, em 2016, ao artigo publicado pela Finance & Development, revista trimestral do Fundo Monetário Internacional. Os economistas analisaram os efeitos (a) da remoção das restrições ao movimento do capital e (b) das políticas de austeridade, chegando a, basicamente, três conclusões sobre as políticas neoliberais, quais sejam, (1) não produziram o crescimento econômico esperado; (2) geraram custos proeminentes em termos de aumento da desigualdade; (3) as desigualdades sociais prejudicam a sustentabilidade do crescimento. Por fim, ao destacarem mudanças importantes de orientação do FMI quanto à política monetária internacional, afirmavam:

“Na [agenda sobre a] liberalização do fluxo de capital, a visão do FMI também mudou – de uma que considerava os controles de capital quase sempre contraproducentes para uma maior aceitação dos controles para lidar com a volatilidade dos fluxos de capital. O FMI também reconhece que a liberalização total do fluxo de capital nem sempre é um objetivo final apropriado, assim como mais liberalização seja benéfica e menos arriscado, se os países atingirem certos limiares de desenvolvimento financeiro e institucional” (OSTRY, LOUGANI e FURCERI, 2016, p. 41. Tradução do autor).

Evidentemente, não pode haver qualquer ilusão de que o Fundo Monetário Internacional tenha, pois, assumido uma orientação diferente de sua natureza como “intelectual orgânico” do capital. No entanto, negar o absoluto fracasso de décadas de

políticas neoliberais em todo o planeta não parece ser uma opção válida muito menos pela instituição global responsável pela defesa enérgica do capital.

No entanto, mesmo a crítica mais autêntica ao receituário neoliberal (e ao desmonte do *Welfare State*, que agora torna o enfrentamento da crise da pandemia uma tarefa ainda mais difícil) não pode desconsiderar o fato de que esta forma de gestão do capital quase universal, é tão somente uma forma de vencer as restrições cada vez maiores encontradas pelo sistema, desde os idos da década 1970, para a criação de valor novo (MÉSZÁROS, 2009). Quando o sistema do capital atravessar a crise da pandemia, – que certamente deixará sua contribuição para o aprofundamento da pandemia da crise estrutural do sistema do capital – ainda teremos de nos confrontar com as condições de funcionamento da ordem vigente que produzem um multidimensional processo de barbarização das condições de existência da classe trabalhadora em escala planetária, seja sob a forma da regressão dos direitos sociais e do trabalho, seja pela ampliação dos mecanismos da exploração do trabalho, ou da combinação de ambos. Em outros termos, perante a pandemia da crise, qualquer ação efetiva de enfrentamento de suas manifestações só pode inscrever-se “para além do capital”, ou poderá funcionar como água em seu “moinho satânico”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. - 8ª edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BULARD, Martine. **Os sistemas de saúde no mundo**. Portal Le Monde Diplomatique. 03/02/2010. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-sistemas-de-saude-no-mundo/>. Acesso em: 07 Mai. 2014.

CHESNAIS, François. Não só uma crise econômica e financeira, uma crise de civilização. In: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. (Orgs). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. – São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo, Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Mundialização do Capital**. [tradução Silvana Finzi Foá]. São Paulo: Xamã, 1996.

CUNHA, Adriana Marques da. (Coord.). **Relatório de acompanhamento setorial no2: equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos**. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Universidade Estadual de Campinas; Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia. Campinas, 2009. Disponível em:

<https://abimo.org.br/noticias/abimo-divulga-relatorio-de-analise-estrutural-do-sus/>.

Acesso em 23 Mai 2020.

DAVIS, Mike. **A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo**. In.: DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

GÔUVEA, Marina Machado. **A culpa não é do vírus**. In.: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Raquel (Orgs.). Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

INTERNATION MONETARY FUND. **World Economic Outlook** (Chapter 1. The Great Lockdown), April, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 26 Apr. 2020.

INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. ILO Monitor. **COVID-19 and the world of work. Updated estimates and analysis**. Third edition. 2020a., May. Disponível em:

[https://www.skillsforemployment.org/KSP/en/Details/index.htm?dn=EDMSP1\\_259227](https://www.skillsforemployment.org/KSP/en/Details/index.htm?dn=EDMSP1_259227)

. Acesso em 23 Mai 2020.

\_\_\_\_\_. **Social protection responses to the COVID-19 pandemic in developing countries**. May, 2020b. Disponível em: <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=62>. Acesso em 23 Mai 2020.

\_\_\_\_\_. **Sickness benefits during sick leave and quarantine. Social Protection Spotlight**. 2020c, May Disponível em: [https://www.ilo.org/secsoc/information-resources/publications-and-tools/Brochures/WCMS\\_744510/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/secsoc/information-resources/publications-and-tools/Brochures/WCMS_744510/lang--en/index.htm). Acesso em: 20 Mai 2020.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida; THÉRY, Hervé. **A geopolítica do COVID-19**. Espaço e Economia [Online], 17, abril, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11224>; DOI : <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11224>. Acesso em 23 Mai 2020.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões cerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. [tradução: Paulo Cesar Castanheira; Sérgio Lessa]. 3ª reimpressão. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In.: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo. – Boitempo, 2012.

OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. **Neoliberalism: oversold?** Finance & Development, v. 53, n. 2, p.38-41, 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em 07 Mai. 2020.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.**- São Paulo: Boitempo, 2008.

RODRIK, Dani. **Depois do neoliberalismo, o quê?**. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). Desenvolvimento em debate. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2002. v. 1, p. 277-298.

SALAS, Miguel Tinker; SILVERMAN, Víctor. **Virus, producto de la naturaliza; crisis, producto del neoliberalismo.** Portal La Jornada. 05/04/2020. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2020/04/05/opinion/012a1pol>. Acesso em 11 Mai 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **A crise estrutural do capital e os desafios da revolução.** In.: JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. Mészáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

TOUSSANT, Eric. **A bolsa ou a vida: a dívida externa do Terceiro Mundo, as finanças contra o povo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

**Submetido em: maio 2020**

**Aceito em: setembro 2020**